

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.241 - BA (2019/0142604-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ADISSON SAMPAIO DE ARAUJO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ADISSON SAMPAIO DE ARAUJO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, assim resumido:

ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. NÃO PROVIMENTO. A MATERIALIDADE E A AUTORIA DO ILÍCITO ESTÃO DEVIDAMENTE COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA, QUE RECONHECEU O ACUSADO, EM CONSONÂNCIA COM AS DEMAIS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS. PLEITO DE EXCLUSÃO DO CONCURSO DE PESSOAS. IMPOSSIBILIDADE. CRIME QUE FOI PERPETRADO POR UM GRUPO DE PESSOAS. PEDIDO DE REFORMA DA PENA. NÃO ACOLHIMENTO. DOSIMETRIA DA PENA EFETUADA DE MANEIRA ESCORREITA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 386, incisos V e VII, do Código de Processo Penal, no que concerne à ausência de provas suficientes para embasar um decreto condenatório, trazendo os seguintes argumentos:

A priori, ao depurar os autos, imprescindível elucidar que o Recorrente teve sua condenação com base em suposições, ou ainda, calcado no depoimento exclusivamente da suposta vítima. Importante destacar que as declarações da vítima não podem operar validamente contra a Recorrente, posto que exista interesse direto em sua condenação.

[...]

Sendo assim, inexistindo provas cabais de ser o Recorrente autor do delito, além do que, constitui um princípio elementar de direito e uma garantia constitucional a presunção de inocência, ou seja, o Recorrente é inocente até que se prove o contrário, assim deve prevalecer o princípio do in dubio pro reo, impondo-se a ABSOLVIÇÃO. Vale ressaltar que a suposta vítima NÃO procedeu ao reconhecimento deste Recorrente, na fase judicial nos moldes do Código de Processo Penal, uma vez que não há nos autos o

AUTO DE RECONHECIMENTO. (fls. 246).

Fica evidente que inexistem elementos mínimos, nos autos, capazes de apontar que o Recorrente efetivamente praticou o delito que lhe fora imputado na exordial acusatória. Para que ocorra a manutenção do Acórdão condenatório é necessário a existência de um conjunto probatório capaz de conduzir à certeza da autoria do crime imputado ao Recorrente. Portanto, sendo o ônus da prova do autor da ação penal, qual seja, a busca por provas legitimadas para propiciar a condenação do verdadeiro culpado, todavia, no caso em concreto há uma fragilidade probatória, que devera repercutir na sua absolvição. (fls. 247).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 14, inciso II, do Código Penal, no que concerne à fixação no patamar máximo a redução quanto a modalidade tentada, trazendo os seguintes argumentos:

Em face do Princípio da Eventualidade, caso não acolha a tese da absolutória, é patente que durante a instrução restou plenamente demonstrado os requisitos legais para a caracterização do art. 14, inciso II do Código Penal.

O Tribunal de Justiça da Bahia reconheceu e aplicou o art. 14, inciso II do CP, entendendo, data vênia, não aplicou em grau máximo;

Logo, não resta dúvida que a decisão proferida pelo juízo "a quo" e mantida pelo Tribunal "ad quem" é flagrante, absurda e esdruxulamente contrária à sã doutrina, negando não condizente com remansosa jurisprudência dos Tribunais do País, especialmente com aquela dominante no Superior Tribunal de Justiça, Assim quando da dosimetria da pena, deverá este ínclito Juízo APLICAR a causa de diminuição de pena, prevista no art. 14, II, do CP, reduzindo em 2/3 (DOIS TERÇOS) O QUANTUM DA PENA, considerando o iter criminis percorrido. (fls. 249).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, no que concerne ao afastamento da majorante pelo concurso de pessoas, trazendo os seguintes argumentos:

Ainda que este Egrégio Tribunal Superior não acolha a tese absolutória, verifica-se que ao contrário do que vislumbrou o juízo sentenciante, a coautoria aqui é desconhecida. (fls. 250).

Verifica-se que não há elementos suficientes para aplicar a majorante do concurso de agentes. Não houve vínculo subjetivo entre os corréus, até por que não existiu se quer prova segura da existência do vínculo psicológico que unisse os agentes para a prática da mesma infração penal, afastando desta forma a supra majorante. Como também não se pode auferir o suposto grau de participação de cada corréu. Assim, inexistindo a união de desígnios, nem o grau de participação, não há de se falar em concurso de agentes, requer o Recorrente o afastamento da majorante pelo concurso de agentes, em face do in dubio pro reo. (fls. 251).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, o Tribunal de origem decidiu a questão nos seguintes termos:

A materialidade e a autoria estão demonstradas pelo conjunto probatório coligido aos autos, cujos elementos de convicção indicam ser o acusado ADISSON SAMPAIO DE ARAÚJO autor do crime de roubo circunstanciado pelo qual foi condenado, uma vez que devidamente provadas nos moldes expostos na denúncia.

Neste sentido, fundamental a manutenção da condenação, notadamente porque está demonstrada pelas seguintes provas presentes nos autos: auto de prisão em flagrante de fls. 04/09, auto de exibição e apreensão de fl. 13, auto de entrega de fl. 14, declarações da vítima e prova oral colhida, tanto na fase extrajudicial quanto em Juízo.

Especificamente em relação à materialidade, entendo que a mesma está devidamente demonstrada nos autos, através da prova oral produzida e do auto de exibição e apreensão presente à fl. 13, no qual "(...) o Sargente da Polícia Militar ADAILTON DOS SANTOS VASCONCELOS, já devidamente qualificado nos autos, que exibiu a autoridade uma CORRENTE EM METAL AMARELO, informando que dita peça foi apreendida em poder de ADISSON SAMPAIO DE ARAÚJO, preso em flagrante (...)".

Concernente a autoria, a palavra da vítima e de seu filho são contundentes em afirmar que o acusado foi o autor do roubo, esclarecendo o Sr. WILLIAM GANEM FILHO, em Juízo, que se encontrava caminhando com seu filho na orla do Porto da Barra, nesta Capital, quando fora abordado pelo Apelante e um grupo que o acompanhava:

[...]

Assim, ao lado das provas produzidas de forma exaustiva e suficiente para a constatação da materialidade do crime de roubo, resta demonstrada a autoria do crime pelo apelante, uma vez que não foram trazidas pela Defesa provas aptas a elidir a imputação, não merecendo guarida os argumentos suscitados quando postula a absolvição. Portanto, verifico que o apelante não se desincumbiu do ônus de trazer justificativa plausível para afastar o juízo condenatório realizado em seu desfavor. (fls. 233/234)

No que tange à segunda controvérsia, o Tribunal de origem decidiu a questão nos seguintes termos:

Quanto às causas de diminuição e aumento, o Magistrado sentenciante, inicialmente, subtraiu subtraiu 1/3 (um) terço da reprimenda fixada, em razão de o delito ter sido praticado na modalidade tentada (art. 14, II, do CP), o que resultou em 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 06 (seis) dias -multa.

A Defesa alega que o patamar escolhido não foi fundamentado, o que constitui nulidade e implica na necessária reforma da reprimenda, a fim de que seja aplicado o quantum máximo de redução.

Todavia, a motivação relacionada à tentativa está contida dentro da própria fundamentação do decisio. Confira-se:

(...)

Diante disso, por circunstâncias alheias a sua vontade, decorrente da imediata reação do ofendido e do seu filho, o acusado não alcançou a consumação do delito, razão pela qual deve ser reconhecida em seu favor a figura da tentativa, porém, a vista do iter criminis percorrido pelo denunciado, o qual se aproximou bastante da consumação do crime, inclusive se apoderando momentaneamente do objeto subtraído, entendo por bem aplicar a causa de redução da pena em seu patamar mínimo previsto em lei, qual seja, 1/3 (um terço). (...) (Grifo nosso, sentença de fls. 122/129)

Como se vê, o Magistrado respaldou o patamar de 1/3 (um terço) considerando o iter criminis percorrido pelo Apelante, próximo da consumação do delito, tendo havido o apoderamento, inclusive, do objeto por um curto momento. Não há, portanto, qualquer modificação a ser realizada neste ponto.

Ainda na terceira fase, a pena foi aumentada em 2/5 (dois quintos) em razão de o crime ter sido perpetrado em concurso de pessoas. Sem correções, também. A participação de outros indivíduos na empreitada criminosa foi atestada pela vítima e pela testemunha Pedro Ganem, não sendo possível, assim, a sua exclusão.

Totaliza a pena definitiva 3 (três) anos, 8 (oito) meses e 24 (vinte e quatro) dias de reclusão, no regime inicial aberto (art. 33, §2º, "c", do CP), e 8 (oito) dias -multa, cada dia no valor mínimo unitário. (fls. 236)

Quanto à terceira controvérsia, o Tribunal de origem decidiu a questão nos seguintes termos:

[...], a motivação relacionada à tentativa está contida dentro da própria fundamentação do decisio. Confira-se:

[...]

Diante disso, por circunstâncias alheias a sua vontade, decorrente da imediata reação do ofendido e do seu filho, o acusado não alcançou a consumação do delito, razão pela qual deve ser reconhecida em seu favor a figura da tentativa, porém, a vista do iter criminis percorrido pelo denunciado, o qual se aproximou bastante da consumação do crime, inclusive se apoderando momentaneamente do objeto subtraído, entendo por bem aplicar a causa de redução da pena em seu patamar mínimo previsto em lei, qual seja, 1/3 (um terço). (...) (Grifo nosso, sentença de fls. 122/129)

Como se vê, o Magistrado respaldou o patamar de 1/3 (um terço) considerando o iter criminis percorrido pelo Apelante, próximo da consumação do delito, tendo havido o apoderamento, inclusive, do objeto por um curto momento. Não há, portanto, qualquer modificação a ser realizada neste ponto. (fl. 236)

Assim, em relação à primeira, à segunda e à terceira controvérsias, incide o

óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente